

# Manifesto pelo fortalecimento da Caixa

Desde a metade da década passada a Caixa sofreu ataques à sua atuação como empresa pública. Inicialmente, a intenção era sua transformação em S.A., com capital aberto em bolsa de valores, conforme previa o projeto de lei PLS 555/2015. Com a frustração desta tentativa após a mudança no texto do PLS ocorrida graças à mobilização das entidades representativas dos empregados, o plano do governo, encaminhado pela direção da empresa, passou a ser o “fatiamento” da instituição, com a criação de coligadas, controladas e subsidiárias.

A justificativa dada pela direção do banco, à época, era implementar a “estratégia de monetizar os ativos da instituição”, o que foi feito através da abertura de capital da Caixa Seguridade e da criação de sociedades com outras empresas (as joint-ventures) para explorar negócios nos quais a Caixa já atuava (como os ramos de capitalização, previdência, seguros, consórcios e cartões). Nestas operações, na prática, a Caixa abriu mão de parte de suas receitas futuras em troca de um pagamento pela outorga do negócio (upfront). Ou seja, a empresa escolheu abrir mão de lucros futuros para conseguir resultados imediatos.

Nos anos em que estes ativos foram vendidos, o lucro do banco foi inflado de forma artificial através destas receitas não recorrentes, deixando em segundo plano os resultados sustentáveis, que são obtidos com as operações de crédito e receitas de tarifas de serviços prestados. Como efeito, neste período a Caixa perdeu mercado em segmentos importantes, como a habitação, enquanto os recursos obtidos pela venda destes ativos foi diretamente drenado para o governo Bolsonaro, por meio da devolução de partes do capital do banco, os IHCD's.

A administração de Pedro Guimarães tentou avançar neste plano nas áreas que são consideradas o “core business” do banco: as Loterias, Gestão de Fundos (DTVM) e Banco Digital. Apesar de ter constituído novas empresas como subsidiárias integrais, para que as operações da Caixa nestes segmentos fossem transferidas à elas e depois repassadas ao mercado, o processo não chegou a ser concluído pela direção. Caso fosse levado à cabo, representaria o fim da instituição como banco público, já que a gestão de sua atividade-fim seria dividida com sócios de mercado.

Hoje, com a divulgação dos resultados financeiros da empresa no ano de 2022, aquilo que foi denunciado pelo movimento dos empregados (sindicatos, associações e demais representações) fica muito evidente: o processo de “fatiamento” não é sustentável, compromete os resultados futuros da instituição, traz impactos na execução de suas políticas públicas e reflexos em direitos dos empregados, como a PLR, FUNCEF e Saúde Caixa. O próprio mercado não atua da forma como a administração de Pedro Guimarães conduziu os negócios na Caixa, pois entende que não pode dividir com terceiros as receitas geradas pelo banco, pois essa decisão prejudica os acionistas, já que reduz a distribuição futura de dividendos.

A mudança no Governo Federal e a troca da presidência do banco, ocorridas no início deste ano, trouxeram um reposicionamento na relação entre a Caixa e o Governo: o compromisso adotado pelo governo é o de fortalecimento da empresa, para que ela exerça seu papel de atuar como agente na execução de políticas públicas, promovendo o desenvolvimento sustentável do país.

Não é possível falar da Caixa no futuro sem reverter estas decisões tomadas no passado pela administração anterior. Sabemos que, para que isto ocorra, há diferentes graus de dificuldade conforme a situação, já que em parte das sociedades firmadas em nome da Caixa pelos representantes do governo anterior foram celebrados contratos e assumidos compromissos em troca do adiantamento dos valores. Porém, entendemos que é fundamental para o fortalecimento da Caixa e para que ela possa cumprir seu papel, que este processo de fatiamento seja revertido, em especial nas áreas que constituem seu “core business”. A simples existência de uma subsidiária já oferece enormes riscos para a instituição, pois facilita sobremaneira que governos não comprometidos com a Caixa possam dar seguimento aos planos da era Bolsonaro.